

PARE PARA A LÍNGUA AGORA:

uma reflexão sobre o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* na perspectiva das teorias de identidade linguística

Laíza Natália Miguel REZENDE

Leticia Silva ALVES

Talita Aparecida Rodrigues CARREIRAS

Orientadora: Profª. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e OLIVEIRA

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, acerca das concepções de identidade linguística e cultura no Brasil. Partindo de um pressuposto histórico, realizamos análises com embasamento em teorias de linguagem e discurso propostas por diversos estudiosos. Para isso, empregamos as teorias de Saussure (2002) e Bakhtin (2003), para tratar da linguagem como suporte para compreender o funcionamento dessa no âmbito sócio-linguístico-cultural. Os estudos de Rajagopalan (2003), acerca da identidade e da cultura como entendimento da relação indivíduo-comunidade e os princípios formadores de cultura em relação à língua. As teorias gramaticais de autores como Bechara (2008) e Cunha e Cintra (2001) foram utilizadas para reflexão de algumas das novas normas ortográficas, visando estabelecer relações, as quais apontam alguns pontos positivos e negativos do *Novo Acordo Ortográfico*. Além disso, abordamos a questão linguística a partir da visão de Fernando Pessoa (1999), sobre a *Reforma Ortográfica de 1911* e as influências políticas no que diz respeito aos acordos já vigorados, principalmente quanto aos enfoques de José Sarney (1985). Por fim, realizamos uma análise crítica das principais alterações do *Novo Acordo Ortográfico* de 2008, com o intuito de demonstrar o que essas reformas provocaram na Língua Portuguesa em seus aspectos gerais. Considerando que a língua é um objeto vivo, partimos do pressuposto que essa estabelece relação fundamental na construção de identidade e cultura de uma nação no âmbito linguístico, tanto na fala quanto na escrita.

Palavras-chave: Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; identidade linguística cultural; Brasil; Portugal; “língua viva”.

Abstract: The objective of this research is to reflect upon *The New Portuguese Language Orthographic Agreement*, in relation to the linguistics conceptions of Brazilian identity and culture. In a historic context, we made analysis according to some theories of language and discourse, which were proposed by some authors. To deal with the language as a support to understand the way it works in the social linguistic area, we chose Saussure (2002) and Bakhtin (2003) theory. To talk about identity and culture we applud Rajagopalan(2003) studies. Bechara(2008), Cunha and Cintra (2002), gave us support to reflect upon the new spelling rules , pointing out the positives and negatives aspects of the *New Agreement*. Furthermore, to analyze the 1911 *Orthographic Agreement* and its influence according to Sarney (1985), we took into consideration, Fernando Pessoa’s point of view. Finally, we made a critic analysis of the most important changes in *The 2008 New Orthographic Agreement*, with the intention of showing what those changes make in the Portuguese Language in their general aspects. Considering that the language is a living object, we assume that it establishes a fundamental relationship in the construction of identity and culture of a nation both in speech and in writing.

Keywords: The New Orthographic Agreement of the Portuguese Language; linguistic and cultural identity; Brazil; Portugal; “alive language”.

Introdução

O trabalho exposto tem como tema o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* e as questões culturais em relação à discussão. A implantação do acordo, em 2008, levou-nos a refletir quais os papéis da linguagem para o indivíduo, além do uso como ato de comunicação. Por isso, a pesquisa é intitulada: *Pare para a língua agora*, no sentido de nos concentrarmos como estudantes de Letras, em refletir sobre os impactos promovidos pelo referido Acordo, nos estudos linguísticos contemporâneos sobre identidade.

O interesse surgiu através de indagações do público leigo para conosco, estudiosas da língua e da linguagem e estudantes de Letras, provocando-nos uma curiosidade sobre qual é a verdadeira significação deste *Novo Acordo* para a população brasileira e para os outros países lusofônicos: Timor Leste, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Bissau e, principalmente, em Portugal, em discussões teórico-metodológicas.

As principais perguntas que regem esta pesquisa são: Quais foram as mudanças na ortografia da língua portuguesa? Qual a relevância das mudanças para Brasil e Portugal? Quais são as intenções envolvidas em termos políticos e sociais? Qual a relação das alterações com a constituição da identidade linguística no Brasil?

O trabalho limita-se ao contexto brasileiro e português, que são nações falantes da língua portuguesa como idioma oficial. Portugal é colonizador e Brasil colonizado e, devido a isso, tem-se uma questão mais de disputas ideológicas acerca da identidade, do que, propriamente línguas igualitárias.

O trabalho tem por objetivo, a partir da análise do *Novo Acordo Ortográfico*, verificar relevâncias: ortografia, fala e identidade cultural. Observamos, ainda, as últimas mudanças e seus impactos, por meio de pesquisas bibliográficas.

A pesquisa em questão apresenta ainda relevâncias para refletir sobre os questionamentos que surgirão durante nossa futura profissão, já que, possivelmente, o *Novo Acordo Ortográfico* continuará sendo motivo de polêmicas, durante muito tempo. Vale frisar que o *Novo Acordo Ortográfico*, causa indagações sobre a ortografia, a fala e a identidade da comunidade envolvida.

A cultura e o valor linguístico de cada país falante do português resulta das influências e miscigenações que vieram a somar e criar uma identidade única em cada nacionalidade. Porém, acreditar que um decreto mudará a concepção de linguagem para esses povos é uma forma ilusória de se esperar que a língua portuguesa algum dia será um sistema fechado. A língua é um fato social, portanto, vivo.

Partimos de pesquisas bibliográficas por meio de obras de autores focados na área, artigos publicados na internet e outros tipos de textos que serviram como material de discussão sobre o assunto. Para tanto, utilizamos as teorias saussurianas e bakhtinianas para estabelecer concepções e constituição das linguagens. A questão de identidade e cultura foi embasada pelos estudos de Rajagopalan e as teorias gramaticais em autores como Bechara (2008) e Cunha e Cintra (2001). Além disso, abordamos a questão linguística a partir da visão de Fernando Pessoa (1999) sobre a reforma ortográfica de 1991, e as considerações políticas de José Sarney no que diz respeito aos acordos já vigorados.

Em seguida, realizamos uma análise crítica das principais alterações do *Novo Acordo Ortográfico*, com o intuito de verificar as relevâncias que essas reformas provocaram na Língua Portuguesa em seus aspectos gerais.

1 Reflexões sobre o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* através de gêneros discursivos

Neste item, apresentamos uma primeira abordagem sobre o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, por meio de reflexões de fragmentos de alguns textos: *O gigolô das palavras*, de Luís Fernando Veríssimo e *Lisboa: aventuras*, de José Paulo Paes.

De acordo com Nogueira (2011, online) Luís Fernando Veríssimo é um escritor brasileiro contemporâneo. Nasceu em 26 de setembro 1936, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Foi jornalista e tradutor, participando também da televisão. É autor de várias obras, dentre elas, textos de ficção e crônicas.

Em *O gigolô das palavras*, Veríssimo trata, de modo peculiar, da gramática. Com isso, expressa sua opinião sobre o ensino de gramática da língua materna. Para ele, o domínio gramatical não é essencial para que haja comunicação, mas apenas serve para manter uma estrutura que sirva como padrão.

Inicialmente, o autor contextualiza a situação por que ele passou: um grupo de estudantes buscava o entendimento da língua, através de uma pesquisa proposta por um professor, com o seguinte questionamento: “[...] saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua [...]” (VERÍSSIMO, 2011, online).

Em seguida, o autor expressa seu ponto de vista:

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. Só predomina nas línguas mortas, e aí é de interesse restrito a necrólogos e professores de Latim, gente em geral pouco comunicativa. Aquela sombria gravidade que a gente nota nas fotografias em grupo dos membros da Academia Brasileira de Letras é de reprovação pelo Português ainda estar vivo. Eles só estão esperando, fardados, que o Português morra para poderem carregar o caixão e escrever sua autópsia definitiva. É o esqueleto que nos traz de pé, certo, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura. (VERÍSSIMO, 2011, online).

Nota-se que a *Academia Brasileira de Letras*, um dos órgãos que regem a ortografia da Língua Portuguesa no Brasil, foi, de certa forma, criticada por Veríssimo, quando ele diz que eles querem que a língua morra, isto é, seja única, representada pela gramática normativa, o que provoca ironia.

Nesse caso, é possível estabelecer uma relação temática ao propósito de unificação da língua através do *Novo Acordo Ortográfico*, que visa impor regras gerais e idênticas à ortografia da Língua Portuguesa. Porém, a língua ultrapassa o campo da grafia, pois a linguagem é composta por *língua* e *fala*. Partindo desse pressuposto, é possível pensar que a ortografia pode ser unificada, porém é impossível pensar em uma língua viva unificada.

Porém, tal propósito não leva em consideração que a língua é um objeto vivo, que tem o poder de se modificar graças ao tempo, aos falantes, à situação, à região, ao contexto, entre outros, se consideradas as teorias da enunciação contemporâneas. A proposta da nova ortografia torna comum o léxico, deixando, à parte, as questões da analogia significado/significante que as relações sociais provocam.

De acordo com o NUPLITT - *Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução* (2007, online), José Paulo Paes nasceu em Taquaritinga, São Paulo, em 22 de

A partir do enunciado, observamos os seguintes versos: “[...] subi num bonde/desci de um elétrico [...]”. Observa-se que o primeiro verso trata das características do português falado no Brasil, e o segundo em Portugal. Entretanto, ambos os versos expressam o mesmo significado dentro de um contexto, um tipo de transporte. A palavra *bonde*, assim como *elétrico*, significam “vagão”. Contudo, um é mais usado “cá”, o outro “lá”. O que nos chama atenção, é que o léxico *elétrico*, no Brasil, tem significante diferente. Segundo o dicionário:

Elétrico: adjetivo:: 1.Fís: que diz respeito a eletricidade. 2 movimento de eletricidade. 3 Fig. de forma muito rápida.< visita e.> 4 Fig.: muito brilhante, cintilante <olhar e.> 5 Fig.muito agitado ou nervoso □ s.m.P..6 m.q. BONDE [...] (HOUAISS, 2001. p. 1109)

No Brasil, o signo em questão tem valor denotativo de algo que diz respeito à eletricidade. Já em Portugal, no contexto popular ou regionalista, tal palavra expressa o significado de *bonde*.

Enfim, a unificação, de fato, não será possível devido à heterogeneidade da língua. Essa é um objeto vivo, e carece do meio para exercer valor e sentido.

2 Linguagem, identidade e cultura: fatores que moldam um povo

Apresentamos, de forma sucinta, uma abordagem sobre a *língua* e qual a sua função em um contexto social, tomando como base as perspectivas saussurianas - sobre a linguagem - e os estudos bakhtinianos – acerca do dialogismo e as correlações entre identidade e cultura e seus aspectos na constituição de uma língua.

Atualmente, muito se fala em meios de expressão cultural. Porém, quando se trata dessas demonstrações de identidade, poucas vezes, a linguagem é apresentada como objeto de reflexão.

A linguagem verbal é um dos meios mais usados pelo ser humano para se comunicar. Inicialmente, os estudos sobre a linguagem, como questão social não foram aceitos e somente graças a Saussure, ela passa a ser reconhecida como ciência.

Para Saussure (2004), a linguagem é a associação entre língua e fala, sendo elas formadoras de uma ação que resulta no ato de enunciação. O enunciado, então, pode ser entendido de duas formas; uma como fonte propriamente de comunicação e outra como objeto de expressão.

A língua e a fala, em função de expressão, podem, além de mencionar um enunciado carregado de significação e valor, destacar o indivíduo em um determinado grupo, ou seja, a língua é marcador de identidade.

Língua e identidade caminham juntas na formação e caracterização de um povo. Exemplo disso é a relação língua e cultura representadas por Brasil e Portugal – nossos principais objetos de estudo neste trabalho.

Porém, não se pode esquecer que, independentemente da língua de um país, seja ela qual for, em muitos casos, há mais de um dialeto praticado no local. O Brasil é um exemplo típico da miscelânea de línguas, como ocorre nos estados da região sul. Devido à grande incidência de imigrantes, muitas cidades foram formadas por colônias de imigrantes, o que levou a alguns lugares a aceitarem vários dialetos e idiomas. A situação não isola a identidade do povo brasileiro, mas envolve traços culturais de outras nações, criando a cultura nacional.

2.1 Linguagem: uma reflexão sobre as dicotomias saussurianas

A busca por compreensão sobre a linguagem é muito antiga, os primeiros estudos sobre esse fenômeno são identificados desde o século IV a.C. As primeiras pesquisas sobre a linguagem foram feitas pelos hindus, com caráter religioso. Muitos séculos se passaram e os estudos pela linguagem nunca foram reconhecidos como ciência – uma vez que somente as áreas de exatas eram reconhecidas como ciência, pois elas eram capazes de responder, por meio dos números, às perguntas humanas.

Os estudos acerca da linguagem só passaram a ser reconhecidos como ciência graças a Saussure, no início do século XX, com divulgação de seus trabalhos na investigação da linguagem encontrados no livro *Curso de Linguística Geral* (2004).

Nos estudos linguísticos, a linguagem é definida, por meio de uma área híbrida, assim como já mencionava Saussure. É “heteróclita e multifacetada”, dependendo assim de várias outras ciências para ser compreendida.

Dividida na dicotomia língua e fala, a linguagem é a faculdade natural de uma língua. “A linguagem tem um lado individual e um lado social sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 2004, p. 16). Fato é que a dicotomia saussuriana constitui-se de uma parte investigativa e social (língua/*langue*) e outra analítica e individual (fala/*parole*). Porém, nenhum dos dois pode ser efetivamente entendido se dissociado:

A língua é para Saussure ‘um sistema de signos’ – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É ‘a parte social da linguagem’, exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade (PETTER, 2004, p. 14).

Nota-se que a língua funciona como um jogo de possibilidades, composto por um eixo paradigmático e outro sintagmático; os signos encontram-se presentes como um dicionário de palavras soltas em nosso cérebro, esse eixo é conhecido como eixo das escolhas ou paradigma. Ou seja, a língua é um “produto social depositado no cérebro de cada um” (SAUSSURE apud PETER, 2004, p.14). Posteriormente, esse emaranhado de palavras passa a ser organizado por uma sequência lógica que obedece a algumas regras impostas pela comunidade pertencente àquela língua, criando a partir de então um eixo arranjado conhecido como sintagmático.

[...] no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de um encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo [...]. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagmas (SAUSSURE, 2004, p.142).

A linguagem não é fruto somente da *língua*, uma vez que para haver *língua* tem que haver fala. Logo, a fala é outro fator determinante para a construção da linguagem. Depois de organizada no eixo sintagmático, a língua é concretizada por meio da fala.

A fala é um ato individual; resulta das combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua; expressa-se pelos elementos psicofísicos (ato de formação) necessários a produção dessas combinações (PETTER, 2004, p. 14).

Assim a língua e a fala relacionam-se em perfeita harmonia para elaboração do sistema linguagem:

Sem dúvidas, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível é produzida todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta (SAUSSURE, 2004, p. 27).

Diferentemente da *língua*, a *fala* é um ato individual do ser que pode modificá-la, de acordo com a sua necessidade comunicativa. Devido ao fator *fala*, a *língua*, ao longo do tempo, passou por muitas transformações, as quais são explicadas por outra dicotomia saussuriana – variação e mudança linguística.

As variações são pequenas alterações na *língua*, produzidas dentro de pequenos grupos, provocadas por fatores sociais, regionais, de idade, sexo entre outros. Mas essas diferenças não são aceitas na língua “cultura” ou padrão da sociedade. Na maioria das vezes, são marcadores de identidade de um determinado grupo:

[...] Em qualquer comunidade de fala, podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades linguísticas. Essas coexistências, entretanto não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade [...]. O que chamamos de variedade padrão é resultado de atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar (ALKMIM, 2004, p.39-40).

As mudanças são variações que, após difundidas dentro de uma sociedade, passam a ser aceitas pelos membros da comunidade, tornando-se pertencente a um determinado grupo, para compor a língua naquilo que é aceito por ela como mudanças:

Para Labov, toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. Como a mudança é gradual, é necessário passar primeiro por um período de transição em que há variação, para em seguida ocorrer a mudança. Como a mudança e a variação estão estritamente relacionadas, é muito difícil estudar uma sem estudar a outra (CHAGAS, 2004, p. 149).

As mudanças e as variações linguísticas não são características somente das alterações de grupo, essas alterações podem ser notadas principalmente na evolução da língua no decorrer do tempo. Em uma linha sincrônica, a língua - em todo seu processo de existência - muito foi modificada, se pensarmos desde o latim e as línguas neolatinas. Exemplo se faz se pensarmos por um estudo diacrônico da língua portuguesa desde a descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral, no século XV, como o monopólio de Portugal no período das grandes navegações, até os dias atuais:

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente; o que chamamos de “língua portuguesa” engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor etc (ALKMIM, 2004, p.33).

Entendemos que a *língua* funciona como um marcador de identidade e a *fala* é a concretização dessa por meio da oralidade, entretanto, a linguagem é carregada de características que configuram e distinguem um povo de outro. Vemos, assim, que a linguagem, mais que meio de comunicação, é expressão e fato de identificação de uma comunidade.

O signo linguístico é composto por significado e significante, sucintamente poderia se definir essa dicotomia sendo o significado o conceito do léxico, o “concreto”, e o significante a imagem acústica produzida pelo signo. Ambos os conceitos são indissociáveis, uma vez que para se haver entendimento de um é preciso compreender a entidade “material” do outro:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*impreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la “material”, é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo de associação, o conceito, geralmente mais abstrato (SAUSSURE, 2004, p.80).

A dicotomia permite afirmar que a língua é composta por uma junção de signos, que exprimem significados diferentes dependendo da concepção do receptor acerca do significante. Esse entendimento acerca do diálogo e das interações realizadas por meio da língua tem foco dialógico e é essa relação sobre o diálogo que será visto no próximo tópico.

2.2 O dialogismo bakhtiniano

A comunicação é uma atividade existente há milhões de anos. Esta não está vinculada exclusivamente aos atos de interação por meio da fala, mas a todos os meios pelos quais se pode haver uma interação entre locutor/interlocutor. Porém, ao refletirmos sobre comunicação ou linguagem automaticamente fazemos menção ao ato de locução humana, afinal “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Entretanto, a relação dialógica não é correspondente somente ao sistema de fala (diálogo):

[...] essas relações dialógicas não circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao

contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentes de sua dimensão, são dialógicos (FIORIN, 2006, p.18).

Quando se pensa na linguagem como todo princípio de interação, podendo ser definida em verbal e/ou não verbal, a linguagem, além do ato de fala caracteriza-se também por vários fatores que auxiliam o ser a se comunicar, seja por meio de dança, mímica, gestos, imagens, entre outros. Desse modo, a língua é um meio que gera relações entre um eu e um tu, apresentando-se como um elemento vivo.

Tomando por concepção o elemento vivo da língua na relação eu e tu, nas quais as trocas criam valor significativo para ambos os seres, essa relação interativa é fruto da provocação das atividades responsivas ocorridas em fluxos contínuos.

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente) [...] essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde seu início, às vezes, literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 2003, p. 271).

Este ato comunicativo que parte de um eu que se direciona ao tu, podendo ser de um receptor ativo ou passivo diante do questionamento, pois, mesmo na falta de uma atividade responsiva falada, o próprio silêncio do tu recebe características de resposta. Para Bakhtin (2003, p. 289) “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido”.

Bakhtin, diferentemente de Saussure, foi um pensador que analisou da linguagem por meio do diálogo, “o que Bakhtin tinha em mente era constituir uma ciência que fosse além da linguística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente o sistema virtual que permite esse funcionamento” (FIORIN, 2006, p. 21).

Para ele, a língua é “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2003, p. 271), capaz de estabelecer relações de elementos vivos e dialógicos, produtora de interações, sendo compreendida no diálogo como dos elementos sociais por meio de enunciados.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes dessa ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p. 261).

A língua, para Bakhtin, é fruto de constituição individual e que reflete o seu meio e o seu grupo pertencente:

[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003, p. 262).

A linguagem de cada *ser* se constrói com a sustentabilidade de uma base linguística que fora anteriormente apresentada ao indivíduo por um outro que provocou e criou mensagens concretas assimiladas por um interlocutor.

Isso quer dizer que o enunciador, para construir um discurso, leva em conta o discurso de um outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados (FIORIN, 2006, p.19).

Segundo os conceitos bakhtinianos, o que se pode notar é que as relações do individual parte de um social que refletido pelo individual, cria sentido e retorna ao social com as características típicas do indivíduo que o enuncia. Quando produzido, o enunciado busca uma interação com um outro que pode ser já pré-estabelecido ou até mesmo um receptor desconhecido.

Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro [...] (FIORIN, 2006, p. 27).

O que se faz presente nesse momento do pensamento bakhtiniano, quanto ao discurso, é que esse é um elemento social e vivo da linguagem, composta pela interação de um sujeito com o outro.

Passando então a linguagem a ser objeto identificador do ser e formador de identidade no indivíduo, o capítulo seguinte tratará da relação que a língua tem com a formação cultural e de identidade do indivíduo em determinado grupo associada às relações interativas.

3 A linguagem constitui uma identidade cultural

A marca de identidade cultural, por meio da linguagem, é uma antiga discussão quando falamos de trabalhos sobre *língua*. Mas quando nos remetemos a um povo, a linguagem é uma das primeiras características sobre a qual pensamos para destacar um determinado grupo. A língua é a primeira concepção de identidade e aproximação de semelhança com uma determinada nação.

Para Rajagopalan (2003, p. 71), “[...] as identidades estão, todas elas, em permanente estado de transformação e ebulição [...]”, ou seja, assim como a língua, a identidade é um fator que transforma de acordo com a evolução do tempo. Logo adiante, no mesmo parágrafo, o autor nos chama atenção de que “[...] em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo [...]”, desse modo, a identidade e a língua se adequam às necessidades e aos grupos. Mas é no final desse trecho que Rajagopalan nos deixa a informação de que “[...] a única forma de se definir uma identidade é em oposição a outra identidade em jogo [...]”, por fim o que podemos contextualizar neste trabalho é que, o português falado no Brasil e em Portugal pertence à *Língua Portuguesa*, entretanto, as variações dialéticas de ambas, produzem – devido às comparações - possibilidades de entendermos essas diferenças fonéticas.

Linguagem e identidade cultural caminham juntas na apresentação e na constituição de um povo. De acordo com Gondar (2002), “a relação entre linguagem e identidade é, assim uma relação de adequação: à identidade do conceito deve corresponder o sentido único da palavra que o expressa”. Por muitas vezes, a identidade cultural é vista desvinculada da linguagem, entretanto, a fala é uma das principais fontes por onde conseguimos “classificar” a nacionalidade de um indivíduo.

Mais que identificador, a língua é a relação indivíduo/mundo ou indivíduo/pátria. A língua em nenhum país é igual, às vezes, nem mesmo dentro de uma nação, a forma pela qual se fala deixa aparecer a cultura de quem fala.

Rajagopalan (2003) fala de uma influência, atual, que a cada vez mais vem tomando espaço no desenvolvimento de cada nação, que é a relação entre etnias diferentes, devido à grande aproximação por meio de interações sociais provocadas pela globalização.

Essa nova relação entre as pessoas das diferentes regiões do mundo, das mais variadas etnias e línguas, de histórias e tradições diferentes, se deu como consequência imediata do rompimento das barreiras que até pouco tempo atrás, pareciam intransponíveis e serviam de impedimento a qualquer forma de aproximação entre os povos [...] (RAJAGOPALAN, 2003, p. 57).

As características presentes na fala, ou seja, a constituição do ato de fala de cada nacionalidade varia de um povo para outro, e foi o que nos motivou a entender como esse sistema enunciativo é capaz de aproximar ou afastar um sujeito em um determinado grupo, devido à sua língua. A língua é um objeto marcador de identidade, seja ela, de sexo, idade, grupo social, regionalismo, entre outros.

Mas a linguagem quando examinada em comunhão com a identidade cultural pode funcionar como classificador de grupo. O que se privilegia neste tópico e relacionar a cultura da língua como marcador de um indivíduo dentro de uma determinada sociedade.

Só que esse fato chamado *globalização* vem abalando as concepções quanto ao que se poderia tratar como “patriotismo linguístico”, pois, por muito tempo a língua era vista como símbolo nacional e cultural. Atualmente, a língua passou a ter valor social, ou seja, de *status*.

[...] A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta. Tanto isso é verdade que a palavra ‘estrangeira’ é comumente reservada para qualificar uma outra língua que conta com mais respeitabilidade que a língua materna de quem fala [...] (RAJAGOPALAN, 2003, p.65).

A globalização pode ser um fator que passará a influenciar na concepção do que são língua e cultura nacional, visto que as relações entre povos vêm sendo cada vez mais próximas. E o que se tem por conhecimento acerca das identidades culturais é de que essas se modificam.

Os trabalhos partem do pressuposto de que, com relação a identidade, não há um ‘em si’, ou seja, não há uma identidade pronta e acabada, estabelecida *a priori*. A identidade aparece como ao contrário, como construída, ou melhor, em constante processo de construção e de reconstrução (GONDAR, 2002, p. 109).

A partir da citação, nota-se uma característica comum tanto à língua como a identidade/cultura, ambas são fatores que relativamente encontram-se fechados nos moldes da comunidade a que pertencem, mas nada interfere que outro elemento externo possa vir a modificar esses fatores.

A relação de identidade de linguagem entre Brasil e Portugal, por serem os maiores países falantes do português, e de toda mistificação que ronda essas nacionalidades devido à relação colonizado/colonizador, apresenta que há grande aproximação de linguagem, uma vez que, temos dois países falantes do português. No

entanto, a identidade mostra que cada uma dessas nacionalidades trabalha relativamente com a língua de forma diferente.

Atualmente, o que presenciamos é a função inversa desse fato histórico proveniente da descoberta do Brasil. Por um longo período, fomos colônia de Portugal, tempo em que vivemos sobre a tutela dos portugueses, sendo sujeitados a aceitar uma cultura diferenciada da nossa.

O passado pode ser um grande aliado para compreender o presente, visto que a questão cultural nacional é fonte de discussões até a atualidade. Para Ortiz (2003), “a identidade nacional está profundamente ligada a uma interpretação do popular pelos grupos sociais e a própria constituição de Estado brasileiro”. O autor trata da nacionalidade brasileira por meio de como o popular pode funcionar como encaminhador na classificação da cultura. De forma clara, o que se tem é a relação folclórica como marcador de identidade.

Mas nossa identidade cultural já existia antes mesmo da chegada dos portugueses em meados do século XV, essas marcações de identidade e presença cultural podem ser visivelmente notadas nos documentos literários da época.

[...] A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. [...] Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tinteira preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. [...] Ao domingo de Pascoa pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. [...] Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção (RONCARI, 2002, p. 29-40).

O primeiro documento intitulado como da descoberta de nosso país é a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, informando ao então rei de Portugal D. Manuel a descoberta das “índias”. O caráter do documento é de apresentação da terra, mostrando que o Brasil era um lugar diferente. Porém, o que se detecta neste documento é a forma de vida dos nativos, ou seja, a cultura que aqui havia – indígena – e uma língua nativa – Tupi-guarani, considerados como selvagens e pagãos por não termos implantado a religião católica.

Os colonizadores trouxeram uma “civilização” aos nativos, visto que éramos um povo sem cultura. Sofremos a mudança para um novo modelo de sociedade, aos moldes europeus, e principalmente a implantação de uma nova língua: o português, essa que até hoje é presente no país e considerada como língua oficial. Mas com o passar do tempo e a independência do país, essa língua foi modificada e atualmente muito se difere da sua “língua mãe”, que, porventura, também é uma ramificação de outra língua: o latim, sabido que o português é uma das línguas neolatinas.

O que aconteceu com o tupi-guarani é uma extinção devido ao seu menor prestígio diante do português. Essa extinção das línguas ainda ocorre para Rajagopalan (2003) “[...] quando a língua é considerada de menos prestígio, é quase sempre qualificada como ‘exótica’ ou até mesmo como um ‘dialeto’, e não como uma ‘língua’ propriamente dita”.

Com o passar dos anos e a independências das demais colônias portuguesas, o português ficou dividido, de modo que cada região tem seu próprio modo de proceder às questões de constituição da língua. A fonte se tornou uma língua totalmente diferente de suas ramificações que surgiram. O fenômeno ocorreu não só na fala como principalmente na escrita, além de que as línguas anteriormente existentes nas colônias portuguesas contribuíram para a língua de cada nação, a se notar pelo português praticado no Brasil que conta com palavras derivadas do tupi-guarani e dos léxicos importados de outras línguas.

O que o *Novo Acordo da Língua Portuguesa* de 2008 vem promover é uma unificação, onde todos os léxicos da língua portuguesa passariam a ser escritos da mesma forma em todos os países lusófonos. O que deixa implícito é que a fala permanece intacta, ou seja, a questão oral continua igual em todos os países, indiferentemente da falta do acento ou de algumas consoantes em dadas palavras e de todas as regras que este prevê.

Entretanto, há outro fator que mesmo unificando a grafia pairaria no ar. Quando falamos das dicotomias saussurianas, tratamos do signo e sua dicotomia significante/significado. Signo é a palavra propriamente dita – o léxico – já o significante é a imagem acústica que o signo forma e o significado a concepção “material” criada a partir do significante.

Sabido que a língua pode variar e modificar de acordo com vários fatores, um único signo pode ter significantes diferentes dependendo do grupo onde este esteja sendo empregado. Dependendo, em alguns casos, de ser compreendido pelo contexto em que se encontra.

Trataremos, no capítulo seguinte, de algumas variações ortográficas que passaram a existir na língua portuguesa no Brasil e em Portugal, e como estes significantes são utilizados na língua.

4 Brasil e Portugal: Domínios da Língua Portuguesa

Este item tem como objetivo abordar questões referentes às diversas correlações existentes no Brasil e em Portugal, no tocante à língua portuguesa. Partindo de um pressuposto histórico, analisamos a maneira pela qual o Brasil obteve modificações linguísticas, visto que a língua foi adquirida através dos povos portugueses na era colonial.

Durante séculos, o Brasil foi subordinado a Portugal por conta do descobrimento. Herdamos crenças e costumes dessa cultura, sendo que um dos fatores principais é a língua portuguesa. O Brasil conquistou o seu espaço, e demonstra, sob diversas perspectivas, que a intervenção de Portugal foi apenas o início para a edificação de um país independente.

Retomando o conceito de identidade linguística explicitado anteriormente, traçamos uma comparação entre Brasil e Portugal, com o intuito de analisar historicamente a influência linguística que os portugueses estabeleceram em nosso país, e evidenciar que, atualmente, cada qual, possui sua identidade linguística. Nesta ocasião, refletimos precisamente a maneira pela qual o Brasil conquistou tal independência, e, em seguida, mencionamos como essa se diferencia da particularidade de Portugal.

Para Andrade e Medeiros (2004), até por sua posição geográfica, de frente para o mar, Portugal parece predestinado a estender seus domínios pelas conquistas marítimas. Desde o século XIV, teve início o ciclo da expansão marítima portuguesa, com a descoberta das ilhas de Madeira e Açores, que começaram a ser povoadas no século seguinte. A seguir, os portugueses chegaram a Ceuta (1415) e desceram para as costas da África. Em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança e, em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Prosseguiram, então, os portugueses descobrindo e colonizando novas terras, na China, na Oceania, em várias partes do mundo. A língua foi, dessa maneira, expandindo-se pelos cinco continentes: Europa, África, Ásia, Oceania e América, onde se encontra o Brasil.

Em 1500, quando os portugueses vieram para o Brasil, trouxeram uma língua já construída, com produção literária, que a essa época, além das cantigas, forma

poética de expressão predominantemente oral, contava com obras literárias do humanismo, que consagram a prosa de Fernão Lopes, a poesia do Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende, o teatro de Gil Vicente e, pouco depois, legou Camões. Na verdade, não foi essa *língua literária* que recebemos por herança e tradição, mas sim, a *língua falada* pelos colonizadores, que, algum tempo depois do descobrimento, começaram a povoar o Brasil.

De início, apenas o litoral brasileiro foi colonizado. Muitas foram as dificuldades encontradas pelos colonizadores. A terra era habitada por indígenas arredios que não tinham razões para colaborar com os “invasores”. Os donatários das capitanias não se entusiasmaram com a perspectiva de habitar em uma terra distante, de matas virgens, clima tropical, sem nenhum conforto da civilização europeia, e por isso, a maioria deles não tomou posse de seus territórios.

Para Andrade e Medeiros (2004), no *período colonial*, os portugueses, inicialmente, tentaram obter dos índios, mão-de-obra para as lavouras e outras atividades necessárias para a colonização. A comunicação linguística não poderia se fazer em português, língua muito complexa para falantes de línguas ágrafas e rudimentares. Acresce o fato de serem os portugueses a minoria da população e os interessados a estabelecerem intercâmbio com os nativos.

Nos dias atuais, política e administrativamente, pouco resta do antigo império português: o Brasil tornou-se independente em 1822, mas conservou o português como língua oficial. A partir disso que, por conta da contribuição da linguagem verbal, os dialetos brasileiros se distanciaram cada vez mais da língua portuguesa do período colonial.

4.1 O Brasil e o início de sua identidade linguística

Ainda conforme Andrade e Medeiros (2004), foi com a ajuda dos jesuítas, que para cá vieram com intenções catequéticas, que se formou uma *língua geral*, veículo de comunicação entre os portugueses europeus e os nativos. Anchieta estudou a linguagem dos tupinambás, uma das mais importantes tribos tupis, que, gramaticalizada e simplificada, tornou-se a língua falada em toda a costa. Desse modo, houve o início de um período de bilinguismo, visto que, o português ficava circunscrito às escolas e à língua escrita e literária. Em consequência disso, essa fase em que o tupi influenciou a língua portuguesa e foi influenciado por ela, deixou traços duradouros na evolução da língua,

mais concretamente, no que diz respeito à formação do léxico. Qualquer levantamento de vocabulário, no Brasil, constatará a presença de tupinismos, muito mais ocorrentes no Norte e Nordeste do país. Exemplos: Araxá, Atibaia, Avaré, Bauru, Guanabara, Icaraiá, Lambari, Niterói, Paraíba, Parati, Sergipe, Sumaré, abacaxi, caju, capim, cipó, sabiá, sanhaço, sapê, saúva, taquara, tatu, tiririca, urubu.

Andrade e Medeiros (2004) afirmam ainda que, constatando ser impossível submeter o indígena aos rigores de comportamento da civilização europeia, os colonos, a partir de 1590/1650, começaram a substituir o trabalho escravo do índio pelo africano. O número de negros e brancos foi aumentando, o que trouxe a consequente elevação na quantidade de mamelucos e mulatos. Alguns negros, originários de possessões lusitanas na África, certamente falavam um dialeto crioulo-português, embora outros, capturados no interior africano, só conhecessem seus próprios dialetos. Depois de 1654, intensificou-se a emigração branca; contudo, os portugueses que usavam a *língua geral* nas relações comerciais e na comunicação com os índios e mamelucos foram reduzindo o vocabulário do português, mesmo porque no Brasil não havia muitos fatos ou coisas de Portugal que carecessem de serem nomeadas. Os jesuítas esforçavam-se em ensinar aos índios a língua portuguesa, seguindo instruções da metrópole; porém, não obtiveram muito sucesso. Por isso, durante o primeiro século após o descobrimento, nessa sociedade composta de brancos, índios e negros, predominou a língua geral, apesar dos esforços da metrópole que insistia no uso e ensino do português.

A comitiva real de 15.000 portugueses, além de incentivar relusitanismo da população, trouxe para o Brasil os hábitos esplendores da vida lisboeta, tornando a corte centro da vida social e cultural da colônia. Desse modo, a concentração de brancos nas cidades aumentou, alargando as distinções entre *falares urbanos* e *falares rurais*, cujo vocabulário sofreu maior influência dos tupinismos e africanismos. Nos 13 anos de permanência da Família Real no Rio de Janeiro, aos 50.000 cariocas, somaram-se 25.000 portugueses, incluídos os 15.000 que vieram com a Corte, cuja pronúncia carioca, até hoje é considerada como padrão para o português do Brasil.

Nessa época, o padrão lusitano era tido como ideal linguístico, tanto na língua oral como literária, porém, considerando-se que a colonização teve início em 1532, já havia grande número de brasileiros natos, à medida que se formava o caráter nacional, cresciam neles os ideais de independência. De fato, um ano após o regresso de D. João VI a Portugal, o Brasil tornou-se politicamente independente em 1822.

Em 1836, intensificou-se a questão da *língua brasileira*, que reivindicava para o Brasil um certo caráter independente em relação à Portugal. Escritores e linguistas, nacionalistas exaltados, tentavam por todos os meios a *nacionalização* da fala no Brasil. Surgiram polêmicas, consultórios linguísticos nos jornais, que prontificavam normas do bom uso da língua, pois afirmavam que essa não é apenas uma questão dos gramáticos, mas também da política, ainda que não seja passível de ser definida ou modificada por lei. A esse respeito:

Esse é o segredo do idioma. Tem suas leis próprias, que podem ser influenciadas pelo poder político, mas não se confundem com o poder político. Uma gramática estabelecida por decreto e que, se não se ajustasse aos costumes, seria tão precária como se fosse anônima; ao contrário, uma gramática ajustada às realidades e fortemente apoiada nos fatos linguísticos teria força de lei, independentemente dos decretos (LIMA, Apud ANDRADE; MEDEIROS, 2004, p. 27).

Conforme visto, a linguagem, mais que um meio de comunicação, é a expressão identificadora de uma comunidade. Sendo assim, é possível observar que, mesmo com a extensão da língua portuguesa no mundo, existem diferenças entre a época de implantação em cada local, e as variações que atualmente são vistas, devido a fatores históricos e socioculturais que levaram à criação de diversas maneiras de se utilizar a língua. As diferenças entre a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal são evidentes; não somente do ponto de vista ortográfico, mas também no que diz respeito à linguagem como um todo. Um grande exemplo foi a influência dos referidos tupinismos e africanismos que permaneceram na língua portuguesa do Brasil e que não se encontram no português de Portugal.

Nota-se, portanto, que a língua portuguesa no Brasil passou por várias fases, que a constituíram tal como ela é agora escrita e falada, passando, assim, a adquirir uma particularidade, que a cada dia se transforma, tendo em vista aspectos históricos e culturais que contribuem para esse desenvolvimento. Um desenvolvimento que não foi somente adquirido de forma pronta e acabada, mas sobretudo, que vem sendo conquistado, a fim de nos ajustarmos a uma linguagem própria, singular e que nos permite obter uma característica, que pouco se percebia anteriormente: a identidade linguística.

4.2 Noções de distinção linguística

De acordo com Cunha e Cintra (2001), é recente a concepção de língua como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspectos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente. Nesse sentido, uma língua histórica não é um sistema linguístico unitário, mas um conjunto de sistemas linguísticos, isto é, um *diassema*, no qual se interrelacionam diversos sistemas e subsistemas. Daí o estudo de uma língua revestir-se de complexidade, não podendo prescindir de uma delimitação precisa dos fatos analisados para controle das variáveis que atuam em todos os níveis, nos diversos eixos de diferenciação.

Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico e sintático. E essa multiplicidade de realizações do sistema, em nada prejudica as suas condições funcionais.

Com referência à situação linguística no Brasil, Silva Neto escreve que

É preciso ter na devida conta que *unidade* não é *igualdade*; no tecido linguístico brasileiro, há decerto gradações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias *áreas*. O que é certo, porém, é que o conjunto dos fatores brasileiros se coaduna com o princípio da *unidade* na *diversidade* e da *diversidade* na *unidade* (SILVA NETO, Apud CUNHA; CINTRA, 2001, p.9).

Com relação à Portugal, observa-se que:

Uma pessoa, mesmo alheia a assuntos filólogos, que haja percorrido Portugal de norte a Sul e conversado com gente do povo, não pode deixar de ficar impressionada com a excepcional homogeneidade linguística do País e a sua escassa diferenciação dialectal – ao contrário do que sucede noutros países, quer de língua românica, quer germânica (BOLÉO; SILVA, Apud CUNHA; CINTRA, 2001, p. 9).

Segundo essas perspectivas, o português apresenta-se, por sua vez, como qualquer língua viva, internamente diferenciado, fato que confirma a superior unidade do idioma atualmente.

Jota denomina essas mudanças e variações como *evolução*:

Evolução s.f. Conjunto de mudanças que experimenta uma língua na passagem de um estado a outro; o mesmo que evolução linguística. Presume-se haver uma proporção mais ou menos constante na mudança do vocabulário básico de uma língua (persistência de 77% a 85% em mil anos), o que nos permite calcular a evolução de línguas aparentadas, tomando-se o vocabulário fundamental de cada uma (JOTA, Apud ANDRADE; MEDEIRROS, 2004, p. 23).

Confirma-se, deste modo, o quanto uma língua é capaz de adquirir sua individualidade. No caso do Brasil, mesmo sendo colônia de portugueses, os quais impuseram a língua no país, esta se modificou durante os anos, ou seja, passou de um estado a outro, por uma evolução de vocabulário, léxico e semântica. Nos dias atuais, nota-se, portanto, as variações linguísticas entre a sociedade portuguesa e a sociedade brasileira, justamente por motivo dessas transformações que a língua sofreu durante tempos. É possível constatar ainda que existem variações linguísticas se pensarmos na linguagem do Brasil e de Portugal, visto que ocorreram mudanças em todos os níveis da língua, com o decorrer dos anos.

4.3 As diferenças das linguagens

Quanto aos aspectos linguísticos, principalmente no que se relaciona à linguagem verbal, Brasil e Portugal apresentam diversas maneiras de se expressar através da língua portuguesa. Muitas são as palavras usadas em Portugal, que nada se parecem com o significado que a elas pertencem no Brasil. Além das distinções quanto ao uso preferencial de uma forma ou de outra, existem também as diferenças de significado.

Para Andrade e Medeiros (2004), pelas causas históricas, pelo conceito de língua como um dado cultural, fatos políticos, antropossociais, expressão da cultura particular de um povo e, afirmação da soberania nacional, conclui-se que a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal, são distintas, mas constituem o mesmo código ou sistema.

Mário Prata, que esclarece sucintamente as distinções de linguagem entre Brasil e Portugal existentes nos dias de hoje, devido às evoluções as quais a língua passou durante os anos, diz que:

Trolha em Portugal é ajudante de pedreiro. Revaldo é por onde rola esférico até que o juiz apite o castigo máximo e o torcedor grite gol da bancada. As crianças são putos, antes da comida você belisca uns tapas, pede uma imperial e anda sempre de fato novo. De facto, fato é terno. Não há projecto que mude isto. Aqui, um país onde se fala um português lindíssimo, você pode ver uma rapariga descer do comboio e dar um linguado no rapaz. Linguado não é peixe, mas beijo de língua. E um país com poucas fufas. Será que no dicionário do professor Antônio tem fufas? Confirmam. Provavelmente tem bicha. [...] E o troço? Como é que vai ficar o troço? Vocês aí no Brasil sabem o que é troço? Aqui em Portugal, troço é trecho de estrada.[...] (PRATA, Apud ANDRADE; MEDEIROS, 2004. p.33).

Nota-se, deste modo, que há diferenças na formação e no emprego do léxico, mas, sobretudo, distinções semânticas, ou seja, palavras que são utilizadas nos dois países, porém com significados únicos em cada local.

De acordo com Ernani e Nicola (1996), os que defendem as alterações propostas, argumentam que a padronização ortográfica “virá estimular o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil”, ou seja, a leitura de um livro português ficará mais acessível ao leitor brasileiro e vice-versa.

Os que não veem maior importância nas alterações propostas argumentam que a dificuldade que um brasileiro encontra ao ler um livro português e (vice-versa) não está na variação ortográfica ou sintática, e sim na significação das palavras (que configura uma questão semântica e não ortográfica).

Existem, ainda, os brasileirismos, que se referem às palavras que são comuns no Brasil e não são comuns em Portugal, e os lusitanismos, que se referem às palavras que são comuns em Portugal e não são comuns no Brasil. Vejamos:

Conforme Andrade e Medeiros (2004), os brasileirismos, sejam ou não de origem tupi, é outro assunto muito discutido. São palavras e expressões típicas de cada região do país. Exemplos: *aluá* (bebida refrigerante), *amolar* (enfadar alguém), *arapuca* (armadilha para apanhar passarinhos), *arrelia* (birra), *caipira* (sertanejo), *capeta* (demônio), *cochilar* (dormitar), *garapa* (caldo de cana), *jacá* (cesto de taquara), *mocotó* (mão de vaca), *pipoca* (milho arreventado no calor do fogo), *xingar* (chamar nomes a alguém), *andar na pindaíba* (sem dinheiro), *estar de tocaia*, *cair na arataca*, *no mês que entra ou para o mês que entra* (o mês seguinte). A locução, *pois não*, no Brasil, tem sentido afirmativo. Há, principalmente no Nordeste, o uso de palavras consideradas arcaísmos: *caroável* (propício), *nanja* (não, nunca), *mancar* (faltar), *adestro* (sobressaltante).

Os lusitanismos, por sua vez, são palavras utilizadas em Portugal e que não são comuns no Brasil, como: *alcatifa* (carpete), *autocarro* (ônibus), *bermas* (acostamento de uma estrada de rodagem); *casa de banhos* (banheiro), *boleia* (carona), *chávena* (xícara), *camboio* (trem), *confeitos ou rebuçados* (balas de açúcar), *elétrico* (bonde), *guarda redes* (goleiro), *hospedeira* (aeromoça), *putos* (crianças), *rapariga* (moça), e tantas outras.

Desse modo, observamos sucintamente a maneira como uma língua se distingue de outra, mesmo sendo essa formada, a partir de uma colonização, ou seja, uma invasão da cultura linguística de uma em outra.

4.4 A união ortográfica

Conforme explanado anteriormente, com o passar dos anos, foi proposto um acordo ortográfico entre todos os países que têm o português como língua oficial. São eles: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe. O objetivo foi unificar a língua e simplificar a ortografia.

De acordo com Bechara (2008), com esse *Acordo Ortográfico*, os signatários pretenderam dar “um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para seu prestígio internacional.” Assim, discutimos, a seguir, como Brasil e Portugal firmaram a referida união ortográfica.

Em uma nota explicativa elaborada pela Comissão do Acordo Ortográfico Apud Bechara (2008), afirma que a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudiciais para unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo. Por esse motivo, foram tantas as tentativas para instaurar a unificação da língua, principalmente na forma escrita.

Para Mendonça (2009), ainda que a proposta do convertido Acordo ortográfico de 1990 comporte uma unificação parcial da escrita do português, a reação das pessoas em geral é negativa. Trata-se de um tema do momento que tem despertado a atenção de muita gente e as matérias publicadas nos principais jornais e revistas do país informam que o acordo tem sido alvo de críticas proferidas na comunidade luso-brasileira.

Verdade seja dita, a sorte dos brasileiros é que as mudanças não afetam tanto a nossa ortografia quanto, a portuguesa. O novo regramento modificará apenas 0,5% do vocabulário brasileiro e, 1,5% do luso. De qualquer maneira, nós brasileiros demonstramos mais boa vontade que alguns dos nossos parceiros portugueses, para quem a reforma já foi classificada de “bizarrice”, cabendo aqui o lamento de Nikskier (2009, p.A3): “o que dói é a posição de alguns escritores de Lisboa; escrevem contra o Acordo, acusando-nos de tentativa de neocolonialismo” (MENDONÇA, 2009, p.19).

Portugal, portanto, terá de modificar 1,5% do seu vocabulário. Valor, que a priori, não parece significativo. Entretanto, se calcularmos a quantidade de palavras modificadas, veremos que haverá uma grande alteração na ortografia de Portugal. Além disso, vimos que Portugal não parece estar tão satisfeito com tais mudanças, classificando-as até mesmo de “bizarrice”.

5 Ortografia: tentativa de representação da fala

O objetivo desta parte é refletir sobre as mudanças ortográficas que já ocorreram na Língua Portuguesa e quais seriam os principais propósitos destas modificações da ortografia.

Fernando Pessoa (1999, p. 19) afirma que “A palavra falada é um fenômeno natural; a palavra escrita é um fenômeno cultural”. O posicionamento de Pessoa quanto à fala, à ortografia e à gramática parece basear-se na identidade da língua.

A língua escrita é uma projeção da língua falada, um sistema capaz de representar e oficializar os signos:

A escrita é a representação da realidade linguística por meio de sinais sensíveis à vista. É uma transposição de planos, uma das maiores invenções do homem. A realidade linguística é falada. As línguas são sistemas de sons que são articulados e que traduzem as vivências do falante (MELO, 1981, p.159).

De acordo com Bechara (2008), o português é uma das línguas, diferentemente de outras como o inglês e o francês, que aderiu princípios simplificadores da fonética, com adaptações para entender a pronúncia, fato que procura compatibilizar o sistema fonético com o etimológico. Com base nisso, ressalta-se que a escrita não consegue reproduzir fenômenos da oralidade.

Pessoa (1999, p.75) trata da ortografia, a partir de sua origem e desenvolvimento: “A ortografia etimológica é a expressão gráfica da continuidade da nossa civilização e da nossa cultura com a civilização e a cultura dos gregos e dos romanos, em que aqueles tiveram origem e têm vida”. Dessa forma, reafirma que a ortografia é cultural. Ainda ressalta que a palavra escrita tem valor de destaque (1999, p.27): “A palavra escrita [...] destina-se ou se propõe a vencer o tempo e o espaço”. Fica evidente a ideia de que a escrita, e sobre ela, a ortografia, é fator essencial para o conhecimento e desenvolvimento para as mais diversas relações humanas.

Com base no fato de que o passado serve para compreender o presente, partimos de um breve histórico dos acordos ortográficos ocorridos em nossa língua, o qual tem como objetivo esclarecer argumentos relevantes para traçar paralelos com as modificações atuais, já que, em geral, todas as reformas tiveram o intuito de unificação e simplificação ortográfica.

5.1 Histórico dos Acordos Ortográficos

De acordo com Bechara (2008), há muito tempo, Portugal e Brasil buscam aperfeiçoar as suas ortografias, fato que teve início no século passado com o propósito de aproximar a escrita da realidade da pronúncia. O autor faz uma observação de que uma “total simplificação” seria impossível, o que se vê nos possíveis sons do fonema alveolar surdo /s/, por exemplo. Se ele tivesse uma única representação, não haveria distinção das palavras como sessão, seção e cessão.

[...] a ortografia ideal de uma língua seria aquela em que para cada fonema houvesse uma única letra ou sinal gráfico. Seria uma língua sonhada; na prática, inexistente, pois exigiria uma multiplicidade de caracteres, sem contar as variedades regionais e individuais dos falantes ao pronunciarem as palavras. O sistema gráfico da língua portuguesa conta com 23 letras e um número muito maior de fonemas realizáveis (MEDEIROS; TOMASI, 2009, p. 2).

Ricardo (2009) explica que, em 1904, um linguista, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, realizou trabalhos que ordenaram a ortografia. Um deles foi *Ortografia Nacional: Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Depois de alguns anos, em 1910, com a implementação da República, António Dias Coelho, chefe do serviço de revisão da Imprensa de Portugal, enviou uma carta ao administrador geral Luís Carlos Guedes Derouet, pela qual denunciou as incoerências da ortografia. Então, propôs o exposto de Gonçalves Viana. Em 1911, foi nomeada uma *Comissão da Reforma Ortográfica* composta por filólogos, escritores, entre outros, com o propósito de simplificar a ortografia nas publicações oficiais e no ensino, tomando como base a proposta de Gonçalves Viana.

A autora ainda afirma que a reforma modificou completamente o aspecto da língua escrita. Um exemplo seria o desaparecimento de consoantes dobradas, como ph, th, rh; fato que relembra parcialmente a ortografia fonética da Idade Média. Para ela, isso retoma a ideia de simplificação da língua, uma espécie de “retrocesso” da ortografia. Houve polêmicas em relação à nova ortografia, principalmente no Brasil, o qual não participou do acordo. Isso fez com que Brasil e Portugal ficassem com ortografias diferentes, sendo que o primeiro teve uma renovação e o segundo continuou com a velha ortografia pseudoetimológica. Em 1915, ocorreu o primeiro acordo ortográfico – não oficial – entre os países citados, o que foi anulado em 1919.

Dez anos mais tarde, durante a Ditadura Militar, a *Academia Brasileira de Letras* lançou um novo sistema gráfico, com o objetivo de unificação e simplificação da língua escrita. Assim, nasceu o *Primeiro Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, o

qual foi aprovado pela *Academia das Ciências de Lisboa*, em 1931. Porém, o acordo nunca foi posto em prática.

Em 1943, a *Academia Brasileira de Letras* estabeleceu um *Formulário Ortográfico*, um conjunto de instruções para uma organização do vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Este documento serve como orientação para a escrita do português brasileiro até hoje.

Depois de dois anos, Portugal e os outros países lusófonos adotaram um novo acordo ortográfico, com exceção do Brasil, que continuou com a ortografia do *Formulário Ortográfico de 1943*. Mais uma vez, não houve a unificação.

No Brasil, em 1971, estabeleceu-se a *Lei n.º 5765*, a qual concretizou 70% de divergências do português falado em Portugal, como a abolição do trema em hiatos átonos e alguns acentos. Quatro anos depois, a *Academia das Ciências de Lisboa* e a *Academia Brasileira de Letras* elaboraram um projeto de acordo, que não foi aprovado oficialmente.

Em 1986, ocorreu uma reunião no Rio de Janeiro de representantes dos sete países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – CPLP, Comunidade dos países de Língua Portuguesa. Estabeleceram-se “as Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986, que, novamente, nunca chegaram a ser implementadas”, como afirma Calvet Ricardo (2009, p.6).

O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 teve como finalidade unificar a ortografia. Aquele fora assinado por representantes oficiais dos países já citados. A vigoração do acordo dar-se-ia a partir de 1994, mediante a ratificação de todos os membros, mas somente Portugal, Brasil e Cabo Verde o fizeram.

Em 1998, na cidade da Praia, Cabo Verde, foi assinado um *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, com a data para a sua entrada em vigor, mas ainda era necessária a ratificação de todos os membros, o que, novamente, não ocorreu.

Os chefes de Estado e de governo da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) reuniram-se em São Tomé e Príncipe, em 2004, onde foi aprovado o *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* que autorizava a adesão de Timor-Leste ao Acordo, já que o país se tornou independente. Além disso, o protocolo previa que

apenas três países membros da CPLP ratificassem o Acordo, para que esse tivesse validade nos mesmos.

Para Bechara (2008), o Brasil ratificou o *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* em 2004; Cabo Verde em 2005; e São Tomé e Príncipe em 2006, o que estabeleceu a vigoração do Acordo. Em 2008, a Assembleia da República – Portugal – também ratificou o protocolo.

Calvet Ricardo (2009, p. 6) discorre que, depois da ratificação de Portugal, os chefes de Estado e de governo da CPLP, reunidos em Lisboa, na Declaração sobre a Língua Portuguesa manifestaram que “O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática”.

Assim, para a fixação do atual *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, houve muitas discussões e até desacordos. Cabe-nos questionar se esse acordo realmente foi bem analisado quanto às suas mudanças, através de reflexões sobre alguns objetivos.

Para realizar uma discussão mais consolidada, apresentamos, a seguir, algumas reflexões sobre acordos anteriores.

5.2 O Acordo de 1911

De acordo com Calvet Ricardo (2009), uma das integrantes da *Comissão da Reforma Ortográfica*, de 1911, foi Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos, filóloga da língua portuguesa, crítica literária, escritora, lexicógrafa e investigadora. Baseando-se na sua formação, pode-se dizer que ela tinha conhecimento suficiente para a colaboração nos trabalhos de ortografia, já que estudava a língua em si.

Batista (2011) apresenta-nos parte do artigo de Vasconcelos, publicado em doze de abril de 1911:

Eu estou, pelo contrario, persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar árdamente (e quantas vezes sem resultado) com as dificuldades, incongruencias e contradicções da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconexa. Reforma regularizadora e simplificadora, bem se vê, como a de Gonçalves Viana que adoptei, com leves alterações, ha já bastante tempo. E não me neguei a expôr as minhas ideias e a fazer propaganda, no «Primeiro de Janeiro», (que sempre se mostrou partidário de reformas e simplificações) para preparar o terreno, ajudando assim, de longe, a comissão nomeada, porque acho vantajoso que a convicção da necessidade da reforma arraigue no espirito de muitos, antes que ela se promulgue por lei.

Saude e Fraternidade.

CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELLOS.

Figura 1 – Pronunciamento de Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos, sobre o *Acordo Ortográfico de 1911*.

Fonte: Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/arquivo/2011/04/12/portugal-discutia-sua-reforma-ortografica-em-1911/>>. Acesso em 08 jun. 2011.

Nota-se, portanto, que a reforma tinha como objetivo a simplificação da ortografia para que todos pudessem se alfabetizar e, até mesmo, avançar os estudos. Também é relevante frisar que a proposta da reforma surgiu no início da República, como já foi dito no tópico anterior. Assim, o interesse da reforma vem, primeiramente, do governo português; com o intuito de concretizar a nova forma de governo ao implementar leis capazes de melhorar as condições de vida de seu povo.

[...] a República tentou fazer aquilo que nenhum regime anterior tentara. Procurando, nas palavras de um teórico republicano de 1911, «fórmam um povo moderno», conduzir Portugal para o círculo das nações da Europa ocidental através da criação de uma sociedade mais aberta e auto-suficiente e de um sistema de governo mais representativo, os dirigentes republicanos esforçaram-se por pôr em prática os seus ideais de justiça social e democratização. Em especial no decurso dos anos de 1910-11 e 1923-25, quando alguns dos principais

dirigentes do Partido Republicano Português (PRP) e mais alguns outros partilharam o desejo de introduzir profundas reformas num país pobre com grandes desigualdades sociais e económicas, deu-se início a tais medidas reformistas na educação, na política de contribuições e impostos, no bem-estar social, na reforma agrária, nas obras públicas e na reforma do exército (WHEELER, 1978, on line).

A partir disso, pode-se afirmar que o *Acordo Ortográfico de 1911* foi uma forma de poder político para demonstrar poder, com o intuito de minimizar as desigualdades sociais ou até de obter controle social.

5.3 Os interesses do governo brasileiro de 1986 em relação ao Acordo solicitado na época

José Sarney¹, ex presidente, é uma figura brasileira relevante, quando se trata de acordos ortográficos. É um indivíduo que teve acesso a dois campos ligados às aprovações de acordos ortográficos: o meio político e a *Academia Brasileira de Letras*.

A partir da carreira literária e política de Sarney, traçamos possíveis explicações sobre qual seria seu interesse em defender um acordo ortográfico, para que seja possível relacionar tais interesses com os acordos passados e com o atual. O intuito é entender o porquê dos acordos:

Mais tarde, quando o destino político me levou a outro caminho, pude reconhecer que não há incompatibilidade entre a Política e as Letras desde que as Letras e a Política se inspirem na consciência da Liberdade (SARNEY, 1985, p. 25).

Desde já, nota-se sua ligação às Letras e à política, o que, provavelmente, foi um de seus principais interesses em participar dos trabalhos de proposta de mudanças da ortografia da Língua Portuguesa, em 1986.

5.4 Uma continuidade dos interesses portugueses: o desejo de transformação

De acordo com as informações obtidas no site da *Academia Brasileira de Letras* (2011), José Sarney é o sexto ocupante da Cadeira nº 38, eleito em 17 de julho de 1980, na sucessão de José Américo de Almeida. Sarney nasceu em Pinheiro (MA), em 24

¹ Trabalhamos com alguns discursos políticos de Sarney apenas para contextualizar os principais intuítos do *Novo Acordo Ortográfico*. O objetivo não é analisar se as falas e ideologias são verdadeiras ou falsas, mas estabelecer relações capazes de ilustrar possíveis explicações para a aparecimento de propostas de mudanças ortográficas.

de abril de 1930; bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela *Faculdade de Direito do Maranhão*. No contexto político, exerceu vários cargos, chegando até mesmo à Presidência da República, de 1985 a 1990, substituindo Tancredo Neves, que havia falecido. Na carreira literária, foi redator de vários jornais, além de produzir muitas obras, dentre elas romances, contos e poesias. Também foi tradutor.

O encontro dos países da CLPL (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*) que ocorrera, em 1986, foi promovido pelo então presidente José Sarney. O *Acordo Ortográfico* elaborado na ocasião propunha a supressão da acentuação em palavras paroxítonas e nas proparoxítonas. A princípio, pode-se dizer que Sarney tinha como objetivo continuar a simplificação da ortografia, principal motivo de todas as mudanças e tentativas dessas.

Para entender o interesse, é mister que se trace um quadro da época. Primeiramente, é relevante destacar que se instaurava a Nova República, a qual tinha como principal objetivo a consolidação de mudanças, como afirma o próprio Sarney (1985, p. 7) em um de seus pronunciamentos, por ocasião da abertura da primeira reunião do Ministério da Nova República; em 1985: “Este Ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral [...]”.

O fato nos permite afirmar que, possivelmente, o governo queria concretizar ações que demonstrassem mudanças, para que, de alguma forma, essas permitissem uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Vale ressaltar que se trata de um discurso político. Também, provavelmente desejava um relacionamento com os países que falam a Língua Portuguesa. Ao relacionarmos essa possibilidade à tentativa de um *Acordo Ortográfico*, em 1986, o qual propunha a extinção de alguns acentos; é notável o paralelo que há entre o objetivo do governo português, em 1911, para que, com a “simplificação da língua escrita”, as pessoas pudessem se alfabetizar com mais facilidade, permitindo uma certa diminuição das desigualdades sociais, pois, dessa maneira, ocorreria o aumento e/ou o incentivo à alfabetização. Além disso, em 1911, houve a implementação da República, e daí surgiu o acordo da época. E, em 1986, ocorreu a tentativa de mudança na ortografia da língua portuguesa, já que se iniciava a “Nova República”. O próprio termo “nova” nos remete a coisas novas, isto é, a transformações. O então presidente reafirmou tal questão (SARNEY, 1985, p.100): “A Nova República não é só esperança. Já demonstrou que é mudança”.

Em relação à modificação ortográfica ocorrida em Portugal, em 1911, Pessoa afirma que:

[...] Enfim, a ortografia moderna fazia aqui, não sei porquê, parte do <<espírito republicano>>, que ninguém sabe o que é. Era como que um artigo do programa do partido. E foi por isso, é claro, que foi promulgado ditatorialmente e, mais tarde, cumprido por tratado entre duas ditaduras. Entre os vários caprichos dos Deuses figura também o da ironia (1999, p. 52).

Pessoa revela ironia em seu comentário, colocando que o sistema republicano não tinha característica como o nome solicita, já que o termo simbolizava, dentre uma de suas definições, “garantia” dos direitos individuais. Por isso, coloca a questão ditatorial do Acordo Ortográfico da época, o qual foi imposto pelos governos português e brasileiro. Para o poeta, a reforma ortográfica simbolizava, dentro da República, uma contradição, já que era imposta aos cidadãos. Assim, mais uma vez, estabelece-se a relação república, nova república com as mudanças ou propostas de mudanças na ortografia portuguesa.

De acordo com Azevedo e Seriacopi (2008), José Sarney assumiu a Presidência da República de forma inesperada, em 1985. Deparou-se com um país com graves problemas. Um desses foi a inflação e a dívida externa. Como solução, em 1986, Sarney adotou um plano econômico, chamado *Plano Cruzado*, em referência à nova moeda implantada. Este plano estabelecia o congelamento de preços das mercadorias e dos aluguéis e o aumento dos salários. As pessoas, com mais dinheiro no bolso, foram às compras, o que expandiu as atividades industriais. Assim, rapidamente a inflação praticamente desapareceu.

Todavia, em dezembro do mesmo ano, houve um superaquecimento da economia, o que aumentou o preço das tarifas públicas e de vários produtos; provocando novamente o aumento da inflação. Dessa vez, com números mais alarmantes. A dívida externa foi controlada e Sarney parecia estar preocupado em garantir o crescimento sustentável.

Além desses problemas, no início do mandato de Sarney, o país também passava por conflitos nas áreas da saúde e da educação, o que também era prejudicial ao desenvolvimento do Brasil:

A estratégia social, ao lado dos programas chamados sociais, que, álias, facilmente tendem para o paternalismo, deve preocupar-se, prioritariamente, com a eliminação dos fatores estruturais que causam a desigualdade. E, em especial, com dar maior capacidade de geração de renda ao pobre, ao fraco, ao pequeno [...] De um lado, pelo funcionamento do mercado, o salário de subsistência dos

pobres, no meio rural, só se eleva, em termos reais, com a redução do reservatório de excedentes de mão-de-obra. De outro lado, os pobres são por excelência analfabetos, do meio rural e do Nordeste, desprovidos de capital humano e de capital físico (VELLOSO, 1986, p.465).

Nota-se que a afirmação está relacionada ao contexto do Brasil de 1985 e 1986, o qual caracteriza a importância que o Brasil concede ao crescimento social, além do econômico. Esses, estão interligados. Tomando-se por base aquele tipo de crescimento, é preciso ressaltar a questão da preocupação do governo da época, em relação ao ensino básico. Velloso (1986, p. 467) discorre que “dentro do princípio de crescimento com redistribuição, corresponde ao investimento em capital humano, através, em especial, do desenvolvimento do ensino básico [...]”.

Com isso, é possível estabelecer uma relação entre os interesses do governo português, na época do *Primeiro Acordo Ortográfico*, em 1911, com os interesses de Sarney, já que, ao que parecia, ele se preocupava com o ensino básico para o desenvolvimento intelectual e econômico do país, o que promoveria uma redução das desigualdades sociais.

Faz-se hoje no Brasil a experiência do “socialismo moreno” [...] A democracia está firmemente ligada à capacidade, da sociedade, de realizar a efetiva descentralização do poder, em todos os campos, inclusive o das organizações sindicais e dos meios de comunicação (VELLOSO, 1986, p.475).

De modo geral, observa-se o quadro preocupante em que se encontrava o Brasil na época em que Sarney assumiu a presidência. E através dos postulados da Nova República, Sarney tentou promover mudanças que “melhorassem” a vida de seu povo, como ele mesmo afirma em um de seus pronunciamentos (1985, p. 9): “ Não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu ‘mudanças já’ com tanta determinação e esperança”.

A partir dessa ideia, é possível afirmar que, em 1986, Sarney tentou reformar a ortografia de nossa língua para, mais uma vez, demonstrar mudanças e, provavelmente, melhorar, ou fantasiar uma melhoria, nos índices de alfabetização. Em um dos seus pronunciamentos, em 31 de maio de 1985, revelou um programa chamado “Educação para todos”, o qual propunha igualdade de oportunidades educacionais. Nesse mesmo pronunciamento, nota-se a importância que o presidente coloca a respeito da educação (1985, p. 119) “[...] a educação é o verdadeiro caminho da mudança, que é hoje a

grande exigência do povo brasileiro”. Simplificar a ortografia, talvez seria um dos propósitos para melhorar a educação, mas é fato que se trata de um discurso panfletário.

Para Pessoa, as teorias de simplicidade na ortografia, com o intuito de facilitar a aprendizagem, não fazem sentido:

Esta simplicidade de estrutura não seria feita de modo a tornar esta língua fácil de aprender, pois esta intenção é tão desprezível quanto primária; seria lógica quando aplicada à expressão verbal, que, diga-se de passagem, é a mesma coisa (PESSOA, 1999, p. 120).

Assim, o argumento de simplificação, sempre existente nos acordos ortográficos, não é visto como algo positivo, se abordarmos o posicionamento de Pessoa. Porém, a ilusão promovida pelos discursos políticos defende o contrário.

Prova disso é o que verificamos no argumento da reforma de 1911, a qual propunha uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos através da alfabetização graças a uma ortografia “simplificada”. Essa ideia, mesmo que mais camuflada, também estava presente nos discursos de Sarney.

6 Uma breve análise do *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*

Pretendemos verificar se o acordo interfere na identidade linguística. Para isso, abordamos algumas mudanças para discutir diversos fatores, como algumas possíveis incoerências nessas mudanças, e o que elas vão provocar para nós, falantes da Língua Portuguesa. Abordamos o contexto brasileiro, ilustrando alguns dos fatores gráficos que estão em mudança em nosso país.

Todos os acordos ortográficos que já ocorreram, inclusive o atual, estão cobertos de críticas, algumas das quais expomos, a seguir. Nunca atingiremos e nem precisamos atingir a perfeição na representação da fala através da grafia. O que é preciso é um padrão que possa ser seguido:

[...] imoral, é se o Estado admitisse essa divergência em seus documentos e publicações, e, derivadamente, a consentisse nas escolas [a seu cargo]. No primeiro caso haveria um fermento de indisciplina, que nenhum governo pode ou deve permitir. No segundo caso, além desse mesmo fermento, de desnortear crianças, incapazes, por o serem, de refletir ou analisar esse problemas (PESSOA, 1999, p. 24).

Ainda, Pessoa (1999, p. 25) defende que “cada qual pode escrever com a grafia que entende ou achar melhor, salvo, naturalmente, em circunstâncias em que se entre na esfera da ingerência legítima do Estado”.

Hoje, temos como referência a linguagem utilizada na *internet* que, em grande parte, é diferente da ortografia oficial.

Na sequência, traçamos reflexões² sobre algumas mudanças do *Atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*.

6.1 Para: uma única forma gráfica

Como já citado, o Acordo elaborado pelos países da CPLP, em 1986, propunha a supressão dos acentos nas paroxítonas e nas proparoxítonas. No entanto, essa supressão causaria problemas na distinção de significados de algumas palavras, como *análise/analise; fábrica/fabrica*. Assim, esse foi o argumento utilizado pelos opositores do acordo. Cabe nesta reflexão questionar, por que, então, o acento do verbo *parar* caiu no atual acordo? *Para*, verbo, e *para*, preposição, poderiam causar problemas em uma notícia de jornal, como no exemplo a seguir:

Tempestade para São Paulo.

A oração tem sentido duplo por conta da extinção do acento diferencial de *para*, verbo, e *para*, preposição. Com isso, tem-se a informação de que uma tempestade parou a cidade de São Paulo, no sentido de que houve destruições, tendo sentido de *para*, verbo; ou então tem-se previsão de tempestade *para – preposição – São Paulo*.

A base ortográfica é não haver confusão de sentido nas palavras escritas. Basta, pois, que uma determinada série de letras não possa representar mais que uma palavra [...]. A palavra escrita consegue escapar aos equívocos inevitáveis da palavra falada, como o igual som de coser (com agulha) e cozer (ao lume) que o emprego do S e Z perfeitamente diferencia na escrita (PESSOA, 1999, p. 59).

Assim, certamente Pessoa condenaria o fato de não haver mais distinção na forma gráfica quanto ao verbo *parar*, na forma imperativo afirmativo, e a preposição *para*. O acento, portanto, deveria continuar existindo no verbo em questão, para que a forma gráfica tenha uma marca de seu verdadeiro significado.

² Não temos como propósito criticar as mudanças realizadas na ortografia da Língua Portuguesa, mas apenas mostrar que um sistema ortográfico nunca será perfeito do ponto de vista de representação da fala, o que faz com que haja pontos positivos e negativos no *Acordo* em questão.

6.2 Permanência de alguns acentos e ausência de outros: seria incoerência?

Outra questão do *Atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, que Fernando Pessoa também poderia condenar, é a extinção dos acentos nos ditongos abertos *éi* e *ói* em palavras paroxítonas. Pertence à nova regra, por exemplo, a palavra *apoio*. *Apoio*, fora de contexto, é um substantivo. No entanto, *apoio*, agora sem acento (*apóio*, antes da *Reforma Ortográfica*), também é o verbo conjugado no presente do indicativo. Com isso, não há distinção gráfica entre os vocábulos.

No entanto, algumas palavras continuam com o acento que marca esta distinção, como a forma verbal *poder*, no pretérito perfeito – *pôde* – e no presente do indicativo ou imperativo afirmativo – *pode*. Outra distinção gráfica que permaneceu se encontra nos vocábulos *fôrma* e *forma*. Assim, alguns acentos foram extintos, o que retirou também a diferenciação gráfica. Outros, porém, permaneceram. Qual seria a justificativa para isso? A proposta de simplificação, de acordo com seus princípios, deveria retirar os acentos em todas as palavras em que a única distinção – graficamente – é o acento, inclusive naquelas citadas. Mas é fato que isso não é possível.

Palavras como *acordo* (substantivo) e *acordo* (verbo flexionado em primeira pessoa no presente do indicativo) são distintas e a segunda não possui acento nem na ortografia anterior nem na atual. Como já citado, a ortografia está longe de atingir um grau de similitude quanto à fala e às distinções ortográficas. Sempre haverá mudanças e sempre ficarão fatores a se pensar. Não se trata, portanto, de incoerências, mas de certas limitações da língua escrita que a língua falada não possui, pois essa é mais multifacetada.

6.3 K, W, Y: “Inclusão” no alfabeto da Língua Portuguesa?

Em relação à inclusão das letras K, W e Y, no alfabeto português, pode-se dizer que essas apenas foram “assumidas”. Afinal, já usávamos essas letras, as quais, às vezes, são vistas como “status” em nomes próprios, um recurso estilístico de beleza. Além de nomes próprios, é claro que são muitos os termos em que usávamos as letras citadas: nos termos estrangeiros e derivados; e em abreviaturas e siglas.

O *k* será uma consoante oclusiva velar surda, tal como o *c* antes de *a*, *o*, *u* e o dígrafo *qu* de *quero* e de *quintal*. O *w* será uma vogal ou semivogal pronunciado como /u/ em palavras de origem inglesa: *watt-hora*, *whisky*, *Wallace*, *show*. Será consoante como o nosso /v/ em palavras de origem alemã: *Walter*, *Wagner*, *wagneriano* [...] O *y* é um som vocálico pronunciado como /i/ como função de

vogal ou semivogal: *yacht* (tipo de embarcação) [...], *Paraty* (BECHARA, 2008, p. 42).

A partir disso, questiona-se, será que, para nós, brasileiros, realmente mudou 0,5% da ortografia? Se já usávamos normalmente as letras acima, e elas foram “inclusas”, nada mudou nesse quesito.

6.4 Trema: sinal gráfico internalizado

Como já foi citado, a ortografia nunca será reflexo similar da fala, pois a língua é viva, os falantes provocam diversas variações e a norma padrão não tem a função de abordar todas elas.

Quanto ao som que marca a presença do trema, já internalizamos a pronúncia correta. Quem já aprendeu, continuará pronunciando o som da mesma forma e quem está aprendendo e vai aprender, muito provavelmente saberá pronunciar corretamente, já que a Língua se aprende, principalmente, pelo processo de interação com o outro.

Além disso, é fato que esse sinal gráfico já estava caindo em desuso. Como se sabe, a língua sofre mudanças, e como o trema era pouco usado, preferiu-se extingui-lo. Analisando desse ponto de vista, essa mudança foi positiva para a maioria das pessoas.

Logo, mais uma vez é possível afirmar, talvez os 0,5% que mudaram na ortografia usada no Brasil não seja exatamente esse número, pois a extinção do trema não provocou problemas, apenas afirmou o desuso desse sinal gráfico.

6.5 Extinção dos acentos em palavras com letras dobradas

Palavras como *creem*, *deem*, *leem*, *veem*, *enjoo* e *voo* perderam o acento circunflexo na primeira letra – *e* e *o*. Mais uma vez, a distinção gráfica, baseando-se no posicionamento de Pessoa, é ignorada, já que, por exemplo, *enjoo* e *voo* podem ser substantivos ou flexão do verbos *enjoar* e *voar*, respectivamente – primeira pessoa do presente do indicativo

Provavelmente, a extinção desses acentos nos remete a um dos principais objetivos das reformas ortográficas: simplificar. Esse fato talvez esteja ligado a uma certa

ideologia de que outras línguas, que não têm acentos, ou têm poucos desses, são mais “fáceis”:

Também se olha com ciúme para certos sistemas que não fazem, ou fazem pouco, uso de acentos gráficos; o fato se explica porque, nesses idiomas (como acontecia no latim clássico ou acontece nas línguas germânicas), a posição da sílaba tônica é estruturalmente determinada (BECHARA, 2008, p. 24).

Portanto, é possível afirmar que esses acentos diferenciais conseguiam distinguir alguns aspectos sintáticos, o que pode ser visto de forma negativa, se considerarmos a colocação de Pessoa (1999).

6.6 Hífen

Foram várias as alterações que ocorreram em relação ao hífen. Seu uso caiu em várias palavras, mas foi acrescentado em outras. Talvez essa seja a mudança que cause mais dificuldade para as pessoas.

Porém, o hífen, assim como o trema, vem perdendo o seu espaço de uso em uma devida escala social, geralmente, a menos favorecida. Esses elementos são utilizados por um grupo mais seletivo e conhecedor da norma culta da língua, e mais precisamente, das regras ortográficas. Há exceções, mas o que importa no momento é o que ocorre com a grande maioria.

Assim, grande parte das mudanças não “colaborou” para que essa população mais desprovida de conhecimento ortográfico, passe a fazer o uso correto da norma padrão. Tem-se como exemplo palavras como *antiinflamatório*, que anteriormente, era grafada dessa forma; passando a ser escrita *anti-inflamatório*.

Há, nessa vertente, pontos positivos e negativos. Uma pessoa, em seu dia a dia, aquela pertencente ao grupo já citado, geralmente escreveria **anti inflamatório*³, separado e sem o hífen. Isto é, a forma não se insere nem na grafia anterior nem na atual. A dificuldade, nesse ponto, continuará.

Em contrapartida, há casos que podem ser considerados com um peso mais negativo, como o caso de *microondas*, que, agora, na nova regra, escreve-se *micro-ondas*. Se o indivíduo não estudar esse tipo de regra, continuará grafando da maneira antiga, pois esse conhecimento encontra-se internalizado.

³ *anti inflamatório: termo considerado como erro pela *Gramática Normativa*.

Outras, no entanto, tiveram peso mais positivo, como o caso dos compostos que, pelo uso, perdeu-se a noção de composição. *Paraquedas*, por exemplo, escrevia-se *pára-quedas*. Assim, essa mudança adaptou-se ao uso daquele que escreve.

Como se sabe, há muitas outras alterações de regras a serem tratadas em relação ao hífen. No entanto, o propósito deste tópico não é discorrer propriamente sobre tais regras, mas utilizar-se delas para realizar uma compreensão de como essa nova ortografia pode influenciar no cotidiano do cidadão brasileiro.

Conclusão

A Natureza não conhece ganho sem perda, e portanto, o mesmo sucede com a Natureza em sociedade. Tudo tem vantagens e inconvenientes, e quando abandonamos uma coisa devido às suas desvantagens, em favor de uma outra que não apresenta esses mesmos inconvenientes – e a isto chamamos progresso –, logo descobrimos ao abandonar as desvantagens que abandonamos, também o que nela havia de bom (PESSOA, 1999, p. 98).

A partir das discussões e análises apresentadas, buscamos então responder à seguinte questão: as regras ortográficas, essencialmente aquelas propostas no *Novo Acordo Ortográfico* marcam a identidade linguística do português do Brasil?

Concluimos que as regras ortográficas são marcadores de um sistema que rege a escrita padrão de uma sociedade. A identidade, por sua vez, que se constitui por meio da linguagem, não está somente presente no que se encontra materializado, mas sim, em todo o sistema de locução verbal, que é aquilo que a língua não considera como um regulamento.

Um dos marcadores principais de identidade são as variações e as mudanças linguísticas, que não são, somente, encontradas entre um país e outro. E devido a não pertencerem à norma “cultura” da língua, acabam, de forma equivocada, a não serem consideradas como matéria dessa identidade cultural. Porém, as variantes são utilizadas corriqueiramente na linguagem popular.

Todo o sistema de comunicação é constituído das relações dialógicas através de um elemento vivo, chamado de linguagem. Essa, assim como a cultura, nunca será estanque. A vida se concretiza por meio de interações, desse modo, por mais que se unifique a grafia, a cultura e a fala permanecerão como objetos marcadores de identidade.

As relações pessoais partem do compartilhamento eu/tu, sendo o “eu” um elemento fundamental na cadeia social, trocando informações fornecidas pelo meio e

utilizando-as em seu benefício, uma vez que esse “eu” retorna ao social, isto é, ao “tu”, através da linguagem.

O *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, ratificado em 2008, propõe uma unificação na língua, especificamente no campo ortográfico. Entretanto, o que notamos, é que essa nova realidade não mudará o contexto cultural que a língua provoca em uma determinada nação.

Como vimos, Fernando Pessoa acredita que cada indivíduo tem sua identidade em relação à ortografia, já que cada um pode escrever da maneira que deseja, desde que não seja um documento ou qualquer via de comunicação formal.

A identidade linguística mesmo que não seja a “correta”, estará presente, seja ela da forma gráfica anterior, seja de outra forma variável em relação à norma padrão. Em ocasiões em que é permitida essa liberdade de grafia, tem-se de fato a identidade linguística.

Os adultos de hoje, até mesmo os letrados de nível superior, internalizaram as regras, ou grande parte da antiga ortografia. A antiga forma de grafar, portanto, é intrínseca no indivíduo, mesmo que ele aprenda todas as novas regras, de algum modo as antigas ainda estarão presentes.

Logo, o *Novo Acordo Ortográfico* não interfere na identidade linguística de fato, já que essa é mais aberta, pois é social e viva. Quanto ao que é imposto, isto é, as regras que padronizam, é preciso haver uma adaptação, mas a identidade permanecerá.

A nova geração terá mais facilidade em aprender as novas regras. Provavelmente, fará parte da identidade delas e do meio social em que viverão, a norma atual, juntamente com as variantes de grafia.

Por fim, o que se pode dizer é que a linguagem é um objeto vivo, pois *língua e fala* são marcadores primordiais para assimilação de identidade e construção de uma simbologia cultural, de cada grupo social, em constante transformação e ciente da própria inconclusão.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=760&sid=345>>. Acesso em 12 jun. 2011.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística I: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação em língua portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARONAS, Roberto Leiser (Org.) *Identidade cultural e linguagem*. São Paulo: Pontes, 2005.

BATISTA, Lizbeth. *Portugal discutia sua reforma ortográfica, em 1911*. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/arquivo/2011/04/12/portugal-discutia-sua-reforma-ortografica-em-1911/>. Acesso em: 14 jun. 2011.

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística I*. Objetivos teóricos. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 141-163.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *A nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

GONDAR, Jô. Linguagem e construção de identidades – um debate. In: Lucia M. A. Ferreira; Evelyn G. D. Orrico (Org.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p. 107-115.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. 1º reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 1109.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MENDONÇA, Maria Eunice B. Vidal. *Letras, acentos & cia: acordo ortográfico da língua portuguesa*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2009.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 6, p. 171-201.

NOGUEIRA JR, Arnaldo. *Projeto Releituras*. Disponível em: <http://www.releituras.com/lfverissimo_bio.asp>. Acesso em 03 set. 2011.

NUPLITT. Disponível em:
<<http://www.dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/JosePauloPaes.htm>>. Acesso em 03 set. 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESSOA, Fernando. *A língua portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua e linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003 (Série Linguagem 4).

RICARDO, Maria Manuel Calvet. *Breve história do acordo ortográfico*. Disponível em:
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n13/13a11.pdf>>. Acesso em 14 maio 2011.

RONCARI, Luiz. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARNEY, José. *Palavras do presidente Sarney I*, 15 de março a 30 de junho de 1985. Brasília. Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1985.

SARNEY, José. *Palavras do presidente Sarney II*, 02 de julho a 26 de setembro de 1985. Brasília. Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Org.). Tradução de Antônio Chelini. São Paulo: Cultix, 2002.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. *Guia prático de ortografia*. São Paulo: Scipione, 1996.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. *Ortografia: novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 2009.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris; de Getúlio a Sarney: "milagres", choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Disponível em: <<http://www.vitalves.com/2010/06/o-gigolo-das-palavras-luis-fernando.html>>. Acesso em 12 jun. 2011.

WHEELER, Douglas L. Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2011.